

**Publicação de uma vaga para um membro do Comité de Controlo da
Regulamentação – grau AD 14 (conselheiro principal)**

Secretariado-Geral

**Contratação de um agente temporário
ao abrigo do artigo 2.º, alínea a), do Regime Aplicável aos Outros Agentes**

COM/2022/10418

Quem somos

O Comité de Controlo da Regulamentação (CCR) foi criado em 2015 por uma decisão do presidente da Comissão Europeia¹, com a última redação que lhe foi dada em 2020². Contribui para a política da Comissão Europeia «Legislar melhor», incumbindo-lhe o controlo da qualidade das avaliações de impacto, das avaliações *ex post* e dos balanços da qualidade e a emissão de pareceres sobre projetos de relatórios conexos. Os textos submetidos ao CCR são predominantemente redigidos e debatidos em inglês.

O CCR é constituído por seis membros e um presidente. Os membros do CCR trabalham a tempo inteiro para este comité. Três dos seus membros são recrutados fora dos serviços da Comissão Europeia, enquanto os restantes três são selecionados e nomeados no seio da Comissão Europeia. Os membros externos do CCR são selecionados com base em competências académicas comprovadas em matéria de avaliação de impacto, avaliação *ex post* e, de um modo geral, política de regulamentação, designadamente nos domínios da macroeconomia, da microeconomia e das políticas sociais e ambientais.

Todos os membros do CCR trabalham a tempo inteiro para o Comité e são nomeados por um período não renovável de três anos. A título excecional, este período pode ser prorrogado por um período máximo de um ano, se tal for necessário para assegurar a continuidade do funcionamento do Comité, o equilíbrio da sua composição entre membros internos e externos ou a sua plena capacidade em períodos de carga de trabalho excecionalmente elevada. Todos os membros do CCR dependem administrativamente do Secretariado-Geral da Comissão Europeia. Estão sujeitos ao Regime Aplicável aos Outros Agentes da União Europeia (ROA), bem como ao Código de Boa Conduta Administrativa da Comissão Europeia. Ambos estipulam normas estritas em matéria de ética, confidencialidade e conflitos de interesses que são particularmente importantes e pertinentes no atinente às atividades do CCR. Em conformidade com o Regime Aplicável aos Outros Agentes, os membros do Comité podem publicar estudos durante o seu mandato, desde que tal não interfira com este último.

Cargo a desempenhar

A Comissão pretende estabelecer uma lista restrita de candidatos adequados para assumirem funções como membros externos do Comité de Controlo da Regulamentação em provimento das vagas que abrirem neste organismo. As funções específicas a desempenhar são as seguintes:

¹ Decisão C(2015) 3263, de 19 de maio de 2015, que cria um Comité de Controlo da Regulamentação independente.

² Decisão P(2020) 2, de 23 de janeiro de 2020, relativa a um Comité de Controlo da Regulamentação independente.

- Avaliar a qualidade dos relatórios apresentados sobre as avaliações e os balanços de qualidade das políticas existentes e dos relatórios de avaliação de impacto elaborados no quadro do apoio a novas iniciativas políticas da Comissão;
- Contribuir para a elaboração de pareceres sobre os relatórios apresentados de avaliação de impacto, avaliação e balanço de qualidade, bem como para a formulação de recomendações destinadas a melhorá-los;
- Sob a orientação do presidente, prestar aconselhamento aos serviços da Comissão no que se refere à aplicação e interpretação das orientações relevantes, contestando, em particular, as abordagens/avaliações e as questões metodológicas, sempre que pertinente.

Perfil pretendido (critérios de seleção)

O candidato ideal é um profissional de excelência dinâmico que deve satisfazer os seguintes critérios de seleção:

Qualidades pessoais

- Excelentes capacidades de comunicação oral e escrita com vista a interagir, comunicar e cooperar de modo eficaz e fluente com as partes interessadas a nível interno e externo e a fim de representar a Comissão em instâncias internacionais.

Competências e experiência no plano técnico

- Conhecimentos específicos num ou mais dos seguintes domínios: macroeconomia, microeconomia, política social ou política ambiental.
- Competências e conhecimentos comprovados no domínio da política de regulamentação, da avaliação de impacto ou dos processos e metodologias de avaliação *ex post*, conforme demonstrado por um percurso académico sólido e, em particular, por publicações relevantes.
- Conhecimento aprofundado das políticas e dos processos de decisão da UE, incluindo a política da Comissão [ou dos Estados-Membros da UE] «Legislar melhor».

Competências de gestão / assessoria de alto nível

- Competências analíticas sólidas, incluindo uma excelente capacidade de análise estratégica.
- Excelentes capacidades de coordenação.

Critérios de admissão

Só serão admitidos à fase de seleção os candidatos que, até ao termo do prazo de candidatura, cumprirem os requisitos formais seguintes:

- Nacionalidade: os candidatos devem ser nacionais de um dos Estados-Membros da União Europeia.
- Título ou diploma universitário: os candidatos devem possuir, alternativamente:
 - a) habilitações correspondentes a um ciclo completo de estudos universitários, comprovado por um diploma, quando a duração normal desses estudos for igual ou superior a quatro anos;
 - b) habilitações correspondentes a um ciclo completo de estudos universitários, comprovado por um diploma, e uma experiência profissional pertinente de, pelo menos, um ano, quando a duração normal desses estudos for igual ou superior a três anos. Este ano de experiência profissional não pode ser incluído na experiência profissional pós-licenciatura exigida adiante.
- Experiência profissional: os candidatos devem possuir, pelo menos, 15 anos de experiência profissional pós-licenciatura³ a um nível correspondente às qualificações acima mencionadas.
- Experiência de assessoria: pelo menos cinco anos da experiência profissional após a licenciatura devem ter sido obtidos no desempenho de funções de assessoria de alto nível⁴ num domínio pertinente para esta vaga.
- Línguas: os candidatos devem possuir um excelente conhecimento de uma das línguas oficiais da União Europeia⁵ e um conhecimento satisfatório de outra dessas línguas. Durante a(s) entrevista(s), o júri verificará se os candidatos cumprem o requisito de um conhecimento satisfatório de outra língua oficial da UE, pelo que parte da entrevista pode decorrer nessa língua.
- Limite de idade: durante o mandato de três anos, os candidatos não devem ter atingido ainda a idade normal da reforma que, para os funcionários da União Europeia, corresponde ao último dia do mês em que atingem 66 anos de idade [ver artigo 52.º, alínea a), do Estatuto dos Funcionários⁶].

Seleção e nomeação

A Comissão Europeia selecionará e nomeará o conselheiro principal – membro do Comité de Controlo da Regulamentação – de acordo com os seus procedimentos de

³ Para poder ser considerada como tal, a experiência profissional tem de constituir uma verdadeira relação de trabalho, definida como real, genuína e remunerada, envolvendo uma atividade por conta de outrem (qualquer tipo de contrato) ou a prestação de um serviço. As atividades profissionais exercidas a tempo parcial são calculadas proporcionalmente, tendo por base a percentagem certificada de horas de trabalho a tempo inteiro. Tomam-se em consideração as licenças de maternidade, paternidade e adoção concedidas no âmbito de um contrato de trabalho. Os doutoramentos são equiparados a uma experiência profissional, mesmo que não remunerada, embora por um período máximo de três anos, desde que o doutoramento tenha sido concluído com êxito. Cada período de tempo só conta uma única vez.

⁴ No seu *curriculum vitae*, os candidatos devem indicar claramente, em relação a todos os anos em que adquiriram experiência de assessoria, os elementos seguintes: 1) a designação e a natureza dos cargos exercidos; 2) o domínio exato e o nível do cargo exercido na organização (número de graus hierárquicos superiores e inferiores); 3) a estrutura hierárquica de cada cargo exercido.

⁵ <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A01958R0001-20130701>

⁶ <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A01962R0031-20140701>

seleção e recrutamento (ver o documento sobre a política relativa aos funcionários superiores⁷).

No âmbito do presente processo de seleção, a Comissão Europeia constituirá um júri de pré-seleção. O júri analisará todas as candidaturas, procederá a uma primeira verificação da admissibilidade e, tendo em conta os critérios de seleção acima referidos, identificará os candidatos com perfil mais adequado que poderão ser convocados para uma entrevista com o júri de pré-seleção.

Após as entrevistas, o júri de pré-seleção elaborará as suas conclusões e proporá a lista dos candidatos a convocar para outras entrevistas com o Comité Consultivo de Nomeações da Comissão Europeia (CCN). Tendo em conta as conclusões do júri de pré-seleção, o CCN decidirá dos candidatos a convocar para uma entrevista.

Os candidatos convocados para uma entrevista com o CCN passarão um dia completo num centro de avaliação gerido por consultores externos de recursos humanos. Tendo em conta os resultados da entrevista e o relatório do centro de avaliação, o CCN elabora uma lista restrita dos candidatos que considera adequados para o exercício das funções de conselheiro principal – membro do Comité de Controlo da Regulamentação.

Os candidatos que figuram na lista restrita do CCN serão entrevistados pelos membros competentes da Comissão⁸.

Na sequência destas entrevistas, a Comissão Europeia elaborará uma lista restrita por ordem alfabética, válida por três anos, com um máximo de cinco candidatos adequados.

A inclusão na lista restrita não constitui garantia de nomeação. À medida que surgirem vagas durante o período de validade, a Comissão decidirá do candidato a nomear com base nesta lista restrita de acordo com os seus procedimentos habituais.

O candidato selecionado deve ter cumprido as obrigações impostas pela legislação relativa ao serviço militar, oferecer as garantias de idoneidade moral requeridas para o exercício das suas funções e estar fisicamente apto para tal.

O candidato selecionado deve possuir ou estar em condições de obter da autoridade nacional competente em matéria de segurança um certificado de credenciação de segurança válido. A credenciação de segurança do pessoal é uma decisão administrativa tomada após a conclusão de um inquérito de segurança efetuado pela autoridade nacional competente em matéria de segurança, em conformidade com as leis e os regulamentos de segurança nacionais, e certifica que uma pessoa pode ser autorizada a aceder a informações classificadas até um nível especificado. (Note-se que o procedimento necessário para a obtenção de um certificado de credenciação de segurança só pode ser iniciado a pedido do empregador e não pelo candidato.)

O candidato selecionado só poderá aceder a informações classificadas da UE (ICUE) de nível igual ou superior a CONFIDENTIEL UE/EU CONFIDENTIAL e participar em reuniões em que essas informações sejam abordadas uma vez emitido o certificado de credenciação de segurança do pessoal pelo Estado-Membro em causa e concluído o processo de credenciação com as informações legalmente obrigatórias da Direção de Segurança da Comissão Europeia.

⁷ https://ec.europa.eu/info/sites/info/files/compilation-of-the-senior-official-policy-at-the-european-commission_en.pdf (apenas em inglês)

⁸ Salvo se, em conformidade com as decisões de 5 de dezembro de 2007 [PV(2007) 1811] e de 30 de setembro de 2020 [PV(2020) 2351], o referido membro da Comissão tiver delegado essa tarefa.

Igualdade de oportunidades

Em conformidade com o artigo 1.º-D do Estatuto dos Funcionários⁹, a Comissão persegue o objetivo estratégico de alcançar a igualdade de género a todos os níveis de gestão até ao final do seu atual mandato e aplica uma política de igualdade de oportunidades, incentivando as candidaturas suscetíveis de contribuir para uma maior diversidade, igualdade de género e equilíbrio geográfico global.

Condições de emprego

A remuneração e as condições de emprego são as estabelecidas no Estatuto dos Funcionários¹⁰.

Uma vez nomeado com base na lista restrita, o candidato selecionado será contratado como agente temporário no grau AD 14. Será classificado no escalão 1 ou 2 desse grau, consoante a duração da sua experiência profissional. Trata-se de uma afetação temporária de três anos, que pode ser excecionalmente prorrogada uma vez por um período máximo de um ano.

Os candidatos devem observar a exigência do Estatuto que determina que todos os novos funcionários devem concluir com êxito um período de estágio de nove meses.

O lugar de afetação é Bruxelas (Bélgica), onde tem sede o Comité de Controlo da Regulamentação.

Independência e declaração de interesses

Antes de assumir funções, o conselheiro principal deverá apresentar uma declaração em que se compromete a agir no interesse público e com independência, e declarar quaisquer interesses suscetíveis de prejudicar a sua independência.

Processo de candidatura

Antes de apresentarem a candidatura, os candidatos devem verificar cuidadosamente se cumprem todos os critérios de admissibilidade («Condições de admissão»), em particular no tocante aos tipos de diplomas e à experiência profissional de alto nível, bem como às capacidades linguísticas exigidas. O não cumprimento de qualquer um desses requisitos implica a exclusão automática do processo de seleção.

Caso pretenda candidatar-se, deve inscrever-se no sítio Web a seguir indicado e seguir as instruções relativas às diferentes fases do processo:

<https://ec.europa.eu/dgs/human-resources/seniormanagementvacancies/>

Os candidatos devem ter um endereço de correio eletrónico válido, que será utilizado para confirmar a sua inscrição, bem como para manter o contacto ao longo de todo o

⁹ <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A01962R0031-20140701>

¹⁰ <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A01962R0031-20140701>

processo. Por conseguinte, a Comissão Europeia deve ser informada de qualquer alteração deste endereço eletrónico.

Para completar a candidatura, os candidatos devem apresentar, por via eletrónica, um CV em formato PDF¹¹, de preferência utilizando o modelo do CV Europass, e uma carta de motivação (com 8 000 caracteres, no máximo). Os CV e as cartas de motivação dos candidatos podem ser apresentados em qualquer uma das línguas oficiais da União Europeia. Uma vez terminado o processo de inscrição em linha, os candidatos receberão uma mensagem eletrónica a confirmar que a sua candidatura foi registada. **Se o candidato não receber uma mensagem eletrónica de confirmação, tal significa que a sua candidatura não foi registada.**

Os candidatos não poderão acompanhar em linha a evolução da sua candidatura. A Comissão Europeia contactá-los-á diretamente para os informar a esse respeito.

Para mais informações e/ou em caso de problemas técnicos, queira enviar uma mensagem eletrónica para: HR-MANAGEMENT-ONLINE@ec.europa.eu

Data-limite

A data-limite para o registo das candidaturas é **05 de janeiro de 2023, às 12h00 (meio-dia), hora de Bruxelas**, após o que as inscrições em linha deixarão de ser possíveis.

Compete aos candidatos concluir a inscrição eletrónica no prazo fixado. Recomenda-se vivamente aos interessados que não esperem pelos últimos dias para apresentar a candidatura, pois uma saturação das linhas ou uma eventual falha da ligação à Internet pode interromper a inscrição em linha antes da sua conclusão, obrigando à repetição de todo o processo. Uma vez terminado o prazo de apresentação das candidaturas, deixa de ser possível introduzir quaisquer dados. Não serão aceites inscrições fora de prazo.

Informações importantes para os candidatos

Recorda-se aos candidatos que os trabalhos dos diferentes comités de seleção são confidenciais. Os candidatos ou qualquer outra pessoa em seu nome não estão autorizados a contactar, direta ou indiretamente, os seus membros. Todos os pedidos de informação devem ser enviados para o secretariado do respetivo júri.

Proteção de dados pessoais

A Comissão assegura que os dados pessoais dos candidatos são tratados em conformidade com o estabelecido no Regulamento (UE) 2018/1725 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2018, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais pelas instituições e pelos órgãos e organismos da União e à livre circulação desses dados. Estas disposições aplicam-se, em particular, à confidencialidade e à segurança dos dados¹².

¹¹ Para obter informações em linha sobre a elaboração de um CV Europass, consultar o seguinte endereço: <https://europa.eu/europass/pt/create-europass-cv>

¹² JO L 295 de 21.11.2018, p. 39.